

PROPOSTA DE MOÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL DE CADETES

Considerando:

- 1 - que o 25 de Abril surge como uma resposta do capitalismo português ao avanço da luta revolucionária dos povos das colónias e do povo português, traduzindo-se numa tentativa de garantir a perpetuação do domínio dos povos africanos sob a forma neocolonial e do domínio do povo português através da associação no poder de estado de novos estratos da burguesia;
- 2 - que enquanto instrumento da aliança entre o capitalismo português e o capital internacional, o exército português trava em África uma guerra colonial de opressão nacional e genocídio, que após o 25 de Abril se pretende transformar numa imposição, violenta se necessário, duma permanência neocolonial e ao mesmo tempo é o instrumento de reserva para o esmagamento da luta do povo português contra a exploração e pelo socialismo;
- 3 - que para garantir que a sua função social seja cumprida, antipopular como é, e por isso contrária aos interesses fundamentais dos soldados, enquanto trabalhadores fardados, ele só pode estar organizado num sistema que garanta a obediência incondicional e cega dos seus componentes;
- 4 - que esse sistema só pode ser absolutamente hierárquico, autoritário, destruidor da consciência crítica das pessoas e aviltante e degradante na sua disciplina, como condição de despersonalização, uniformização e arrebanhamento dos soldados;
- 5 - que no seio do exército se reproduzem, com redobrada violência, as contradições fundamentais da sociedade, as quais se manifestam particularmente nas relações entre oficiais e soldados;
- 6 - que o Regulamento da Disciplina Militar não é mais do que a expressão jurídica de todo o sistema de relações no seio do exército;
- 7 - que a nossa condição de soldados cadetes é transitória e que toda a violência física e psicológica que sobre nós se exerce tem apenas como objectivo e preparar-nos para o assumir da função de controle e enquadramento dos soldados, como oficiais milicianos;
- 8 - que se nos impõe o exame e a crítica do exército em que estamos enquadrados e da sua função social e política, como condição duma perfeita consciência dos objectivos que nos serão impostos como oficiais;

— Nós, soldados cadetes do curso de oficiais milicianos em Mafrat

- A - Denunciamos a guerra colonial e os crimes que o exército português comete em África, cuja responsabilidade política só pode ser atribuída à burguesia portuguesa e ao capitalismo internacional;
- B - Recusamos qualquer forma de prolongamento do poder económico, político ou militar do capitalismo português e internacional nas colónias;
- C - Apoiamos incondicionalmente as lutas de libertação nacional de todos os povos das colónias portuguesas e exigimos o reconhecimento imediato da sua independência sob a direcção dos seus legítimos representantes:
P.A.I.G.C., FRELIMO, M.P.L.A., M.L.S.T.P.;
- D - Denunciamos que a instrução para a guerra antiguerrilha continua a ser ministrada no exército; denunciamos o que isso demonstra, que a burguesia portuguesa nos pretende impôr a continuação da guerra colonial;
- E - Denunciamos toda e qualquer utilização do exército contra as forças e organizações revolucionárias populares, bem como denunciamos as acções repressivas dos aparelhos policiais;
- F - Denunciamos o regime de brutal exploração a que são submetidos os sol-



dos, o regime de degradação e violência discricionária que lhes é imposto; a humilhação e o insulto à sua dignidade de homens que constituem as revistas e castigos; denunciámos as condições de desigualdade a que são sujeitos (salas de convívio, casernas, instalações sanitárias e balneários nojentos em comparação com as dos oficiais; a impossibilidade de visitas às famílias, tantas vezes durante meses, etc.); a sua despersonalização, uniformização e arrebanhamento, de que os serviços mais degradantes são exemplo; os salários que lhes são impostos, insultuosos em relação à sua condição de trabalhadores fardados que condenam as suas famílias à miséria, à fome, à doença, à insegurança e ao abandono; apoiamos assim, incondicionalmente, todas as suas lutas por uma modificação radical da sua situação no seio do exército e denunciámos o carácter abusivo e fascista de todas as tentativas de repressão contra o seu mais elementar direito de livre reunião e associação em defesa dos seus interesses colectivos (e todos sabemos que esse direito é livremente usufruído pelos oficiais);

G- Consideramos que toda a situação de exploração e violência que a burguesia portuguesa exerce sobre o povo trabalhador, e em particular sobre o povo fardado, e que a exploração e violência que em aliança com o capitalismo internacional ela exerce sobre os povos das colónias tem a sua razão de ser no próprio capitalismo português e na subordinação ao capitalismo internacional.

Compreendemos que só a própria luta dos povos das colónias os pode conduzir à sua libertação nacional, que a sua luta desempenhou um papel fundamental na derrota do fascismo em Portugal. No entanto, a libertação completa do povo português só poderá ser conseguida, também, através da sua própria luta contra o capitalismo e pelo socialismo. Aqui também nós, militares, temos o nosso combate a travar, contra a estrutura e disciplina fascistas do exército e contra a função violenta e reaccionária que hoje ele desempenha nas colónias e amanhã poderá desempenhar em Portugal.

LE E DISCUTE COM OS TEUS CAMARADAS ESTA PROPOSTA E MOÇÃO. DISCUTE AS FORMAS DE A LEVAR À PRÁTICA.

DIVULGA-A POR TODAS AS UNIDADES E QUARTÉIS.

ATENÇÃO À NOSSA PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL

(Proposta elaborada em reunião aberta de cadetes do 1.º e 2.º ciclos de instrução do C.O.M. em Mafra).